EMEF Profª Adolfina J. M. Diefenthäler
Projeto Político Pedagógico

#aprenderecompartilhar

2020 - 2022

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	04
2	**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**	05
2.1	Mantenedora	05
2.2	Estabelecimento de Ensino	05
2.3	Corpo Discente e Docente	06
2.4	Organização da Escola	07
3	**CONTEXTUALIZAÇÃO**	08
3.1	Histórico da Comunidade e da Escola	08
3.2	Diagnóstico	09
3.3	Finalidade do Atendimento	12
4	**FILOSOFIA**	13
4.1	Objetivo Geral	13
5	**CONCEPÇÕES**	14
5.1	Educação	14
5.2	Aprendizagem	15
5.3	Criança	15
5.4	Adolescência	16
6	**PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS**	18
6.1	Conhecimento: Currículo, Tempos e Espaços na Escola	18
6.2	Inclusão, Diversidade e Igualdade	21
6.2.1	Atendimento Educacional Especializado	23
6.2.1.1	Sala de Recursos Multifuncional	23

6.2.1.2	Estagiário de Apoio à Inclusão	24
6.3	Princípios de Convivência	25
6.4	Gestão Democrática	27
6.4.1	Assembleia	27
6.4.2	Planejamento Coletivo	28
6.4.3	Associação de Pais e Mestres - APEMEM	28
6.4.4	Grêmio Estudantil	28
6.5	Educação Ambiental e Sustentabilidade	29
7	**ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**	31
7.1	Educação Infantil	31
7.1.1	Finalidades da Educação Infantil	31
7.1.2	Currículo da Educação Infantil	32
7.2	Ensino Fundamental	35
7.2.1	Finalidades do Ensino Fundamental	36
7.2.2	Currículo do Ensino Fundamental	37
7.3	Metodologia	37
7.3.1	Formação continuada do coletivo de funcionários da escola	38
7.3.2	Programas e projetos	39
7.4	Avaliação	40
7.4.1	Acompanhamento da Aprendizagem	40
7.4.1.1	Processos de Avaliação	40
7.4.1.1.1	Avaliação na Educação Infantil	41

7.4.1.1.2	Avaliação no Ensino Fundamental	42
7.4.1.1.2.1	Aprovação e reprovação do Estudante	43
7.4.1.2	Conselho de Classe	44
7.4.1.3	Recuperação	46
7.4.1.4	O professor de Apoio ao Ciclo	46
7.4.1.5	Laboratório de Aprendizagem	47
7.4.1.6	Correção de Fluxo	47
7.4.1.7	Processo de Transição	48
7.4.1.8	Adaptação Curricular	48
7.4.2	Avaliação Institucional	49
7.4.3	Avaliação Externa	49
7.4.4	Avaliação do PPP	49
8	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	50
9	**REFERÊNCIAS**	51
10	**ANEXOS**	54

1 INTRODUÇÃO

Considerando o próprio nome deste documento, Projeto, porque deve reunir propostas de ação concretas; Político, porque deve oferecer uma dimensão de participação concreta a todos os envolvidos na escola; Pedagógico, porque precisa contemplar as atividades e projetos educacionais necessários ao processo de ensino aprendizagem; entende-se que a sua construção nunca acaba.

A organização do documento segue as solicitações da Smed e do Conselho Municipal de Educação e inclui as ações e reflexões do Projeto #aprenderecompartilhar, vencedor do Prêmio Educador Nota 10 em 2019.

As discussões realizadas entre o grupo de professores, ouvidos os outros segmentos nas assembleias próprias, segue um caminho independente, pautado nas concepções pensadas e vividas da Gestão Democrática. Compreendemos que apenas as experiências permitem que os paradigmas carregados durante anos possam ser ressignificados. A escola que tentamos dar forma é uma escola democrática e inclusiva e nosso compromisso é com a qualidade da educação que todos construímos.

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1 Mantenedora

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo

Rua: Guia Lopes, no 4201 - Bairro: Rondônia

CEP: 93410-340 Novo Hamburgo – RS - Fone: 3594-9999

Caixa Postal: 679 - E-mail: smed@novohamburgo.rs.gov.br

2.2 Estabelecimento de Ensino

EMEF Profa Adolfina J.M. Diefenthäler

Rua: Helmuth Rückert, no 111 - Bairro: São José

CEP: 93530-105 - Novo Hamburgo RS - Fone: 3583-1745

www.adolfina.com.br

E-mail: emefadolfina@novohamburgo.rs.gov.br, adolfina@adolfina.com.br

Atos legais

1) Denominação: Decreto Municipal nº 24/54 de 23/03/54 – Prefeitura Municipal

2) Criação: Decreto Municipal nº 21/78 de 15/02/78 – Prefeitura Municipal

3) Designação de 1a a 5a séries: Portaria nº 49954/84 de 09/08/84 – SEC

4) Autorização de funcionamento das classes de pré-escola: Portaria nº 5321/86 de

05/05/86 – SEC

5) Alteração de Designação: DESIGNAÇÃO DECRETO MUNICIPAL N° 234/99, DE 17/02/99 Altera a designação das escolas municipais de acordo com a Resolução CEED n° 234/98

6) Decreto Nº 6571/2008 e a Resolução CNE/CEB Nº 4/2009

7) Parecer de Cred. e de Autorização de Func. De Classes de Pré-escola e 6º ao 9º ano – 01/2009 de 18/09/2001

2.3 Corpo Discente e Docente

Diretora: **Andrea Zimmer Portaria 4226/2017**

Vice – Diretora: **Daiana Lahn Portaria 19/2018**

Coordenadora Pedagógica Anos Finais: **Joice Maria Lamb**

Coordenadora Pedagógica Anos Iniciais: **Léa Cristina Borges dos Santos**

Orientadora Educacional: **Daniela Pontes Flor**

Coordenador do MOVE: **Rosalino Francisco da Silva**

Secretária: **Gislaine Teresinha Santos de Almeida**

Nº de professores: **34**

Nº de estagiários: **05**

Nº de funcionários: **08**

Bibliotecária: **01**

2.4 Organização da Escola

A escola atende 730 alunos em dois turnos (manhã e tarde) com 30 turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental em 22 salas de aula.

O Ensino Fundamental está organizado por Ciclos de Formação.

Ciclos	1º Ciclo			2º Ciclo		3º Ciclo		4º Ciclo	
Etapas	1ª etapa	2ª Etapa	3ª Etapa	1ª Etapa	2ª Etapa	1ª Etapa	2ª Etapa	1ª Etapa	2ª Etapa
Turmas	11	12	13	21	22	31	32	41	42
Correspondência ao regime seriado	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano

Observação: As turmas de cada etapa em cada ciclo serão identificadas por letras A, B, C, se houver necessidade.

No turno da manhã o horário é das 7h20 às 11h20 e no turno da tarde o horário é das 13h15 às 17h15. A escola também conta com o Move que funciona das 9h30h às 15h.

A escola participa do programa mais Alfabetização e Escola Conectada do MEC e Ensinar e Aprender Juntos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Histórico da Comunidade e da Escola

A Escola Municipal Adolfina J. M. Diefenthäler foi inaugurada em 28 de março de 1954, sob o decreto de criação n° 24, publicado no Jornal 5 de Abril de 26/03/54, na administração do Sr. Prefeito Plínio Arlindo de Moura. A escola localizava-se na Rua Tamoio, n°52, Vila Diehl, Novo Hamburgo. Foi criada para atender a comunidade local que era composta basicamente de trabalhadores da indústria e devido a localização periférica não tinham acesso a educação formal.

Inicialmente o prédio era de madeira com 2 salas de aula, 2 banheiros e 1 cozinha. Recebeu ampliações em 1968 na administração do Sr. Prefeito Alceu Mossmann, em 1976, na administração do Sr. Prefeito Miguel Schmitz, em 1978, na administração do Senhor Prefeito Eugênio Nelson Ritzel, quando o 1°prédio foi demolido, e ainda em 1987, 1993, 1995, 1997, 1998, 1999.

Em 17 de fevereiro de 1999, sob o decreto n° 234/99 a escola passa a se chamar Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa Adolfina J. M. Diefenthäler. Em 2003, o Espaço Informatizado começa a funcionar, sendo inaugurado pelo então secretário de educação Sr. Kurt Joaquim Luft, com cerimônia no dia 10 de maio do decorrente ano.

No ano de 2004, a escola passa a funcionar com 560 alunos, sendo distribuídos em 20 turmas, 10 no turno da manhã e 10 no turno da tarde, de JN5 até 5a série. Neste ano a escola oferece a seus alunos o projeto de Dança Gaúcha, ativando o Grupo Pés no Chão e Dança Gospel, Teatro e o Coral Dente de Leite.

Em 2005 e 2006, a escola mantinha em média 510 alunos, divididos em 20 turmas de JN5 a 5a série. Além das 10 salas de aula, tem um laboratório de informática, uma sala

dividida em três ambientes: sala de equipe diretiva, secretaria e sala dos professores. Uma cozinha/despensa, depósito, banheiros femininos/masculinos e professores, uma biblioteca pequena e pátio externo.

Durante o ano de 2007 um novo prédio foi construído, em outro endereço, com instalações mais adequadas para melhor atender a comunidade escolar. A inauguração foi realizada no dia 1o de dezembro do corrente ano e a mudança para o prédio novo, situado na Rua Helmuth Rückert, no 111, no Bairro São José foi no dia 10 de dezembro.

Em 2008 a escola inicia o ano letivo com aproximadamente 745 alunos organizados em 28 turmas do 1o ano do ensino fundamental de nove anos ao 7o ano do ensino fundamental de 8 anos. Os alunos usufruem de uma escola ampla com 18 salas de aula, 15 destas destinadas às turmas de alunos, uma para a brinquedoteca, uma para sala de vídeo e uma para jogos. A escola oferece também um Refeitório, Laboratório de Matemática, Laboratório de Ciências, Laboratório de Informática, Biblioteca, Sala de Áudio Visual, Sala dos Professores, Sala de Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional, Sala de Educação Física, Sala para o Grêmio Estudantil, Secretaria, Sala de Direção, Área Coberta e pracinha.

Em 2015 a escola atendia aproximadamente 700 alunos em turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Oferece atendimento especializado na Sala de Recursos Multifuncional, no Projeto Mais Adolfina e no Laboratório de Aprendizagem. Também conta com o Programa Federal Novo Mais Educação.

Atualmente, a escola possui 730 alunos de Educação Infantil até o 9º ano. Em 2018, a escola inicia o projeto #aprenderecompartilhar que é premiado nacionalmente em 2019, como o Prêmio Educador Nota 10. Este projeto é composto de diversas ações, que são: Gestão Democrática, #foradacaixa, sustentabilidade, projeto de matemática, recreio compartilhado,iniciação científica, entre outras.

3.2 Diagnóstico

A escola está localizada no bairro São José, quase divisa com Vila Diehl. Neste

espaço também se encontram comunidades como Redentora, Pedreira e Kephas. Nesta subdivisão, a escola estaria localizada na Redentora. Esta região já é de uma ocupação antiga e urbanizada. O único espaço que restava sem urbanização (Loteamento São José) foi finalizada em 2019. Além da escola, a localidade conta com Praça, Unidade de Saúde da Família, Escola de Educação Infantil e Cras. Predominantemente residencial, o bairro conta com comércios, serviços e pequenas empresas.

A comunidade tem uma imagem positiva da escola, observada através dos comentários das famílias e da Avaliação Institucional realizada anualmente. A comunidade escolar também considera importantes os conteúdos desenvolvidos pela escola com seus filhos, entendendo que eles são importantes para o crescimento pessoal individual e para “a vida e o futuro”. Quando os filhos apresentam dificuldades de aprendizagem na escola, os pais tentam resolver com conversas e “ajudando a fazer as tarefas”. Caso não se resolva, é muito natural procurar a escola e os professores, pois são sempre bem atendidos.

As famílias entendem que todos são respeitados dentro de suas necessidades específicas, mesmo que sejam pequenas, e percebem um envolvimento especial com os alunos que têm necessidades especiais: carinho, atenção, acolhimento. Quando perguntamos a respeito da participação da família na escola, percebemos que a comunidade considera “participação”, basicamente a freqüência em reuniões, entrega de boletins, conversa com os professores, participação em eventos. Em seguida, o auxílio financeiro, a ajuda na organização dos eventos e a participação na APEMEM. Não conseguimos perceber que a comunidade entenda como possível sua participação em decisões que devem ser tomadas ou no currículo, ou na avaliação. Ainda há pouca participação das famílias e dos alunos na Conferência escolar realizada todos os anos, mas percebemos que a pequena participação existente está cada vez mais qualificada nos debates e argumentos apresentados. Também poucos consideram votar na eleição como uma forma importante de participar, percebemos que a grande maioria não tem votado nas últimas eleições para direção da escola. A falta tempo é considerado o maior empecilho da participação dos pais.

As famílias se constituem de diversas maneiras e com diversos graus de instrução

formal dos adultos que constituem o núcleo familiar. Também podemos observar muitas famílias que estão conseguindo organizar-se e oferecer aos filhos melhores condições de vida, tanto social como materialmente, e outras que já estão bem estabelecidas e com um padrão de consumo mais alto.

Ao observar os alunos, percebe-se que já ultrapassamos a percepção anterior de que a maior parte dos alunos têm grandes necessidades sócio-econômicas e dificuldades de aprendizagem, para olhar para os estudantes mais individualmente, percebendo com mais clareza o potencial de cada um e entendendo a necessidade de propostas de intervenção cada vez mais individualizadas, utilizando todos os espaços de aprendizagem que a escola oferece de maneira integrada.

Quanto ao perfil dos professores a escola vem a cada ano formando um quadro mais permanente, rompendo com uma organização anterior de quadro temporário. Todos os professores possuem curso superior e 67% já concluiu especializações diversas na área da educação. 64% dos professores da Adolfina tem mais de 15 anos de docência, sendo que 60% já trabalha na escola há mais de 10 anos.

Em relação aos indicadores de qualidade, a escola obteve crescimento nos índices do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Nos anos iniciais, o Ideb foi de 6.4, acima da média para 2017 que era 6.0. Nos anos finais, o Ideb foi de 5.1, sendo 0.3 abaixo da meta projetada para a escola que era de 5.4 em 2017.

No período de 2010 a 2018, observou queda acentuada nos índices de reprovação de de Distorção idade série. Em 2010, a reprovação nos anos iniciais foi de 6% e nos anos finais de 12,4%, o índice de abandono foi de 1,9% e a distorção idade-série atingia 14% dos alunos matriculados, podendo chegar a 23% em alguns anos. Em 2018, apenas 0,6% dos alunos dos anos inciais foram reprovados e 1,9% dos alunos do anos finais, sendo que houve apenas um abandono escolar neste ano, totalizando apenas 0,3% das matrículas. Estes índices impactaram diretamente a taxa de distorção idade-série que fechou em 4% no final de 2018 e, a maioria dos alunos que compõem este índice não foram reprovados na nossa escola.

Apesar do sucesso, ainda temos muitos desafios para vencer. Muitas situações, como: a infrequência, que pode levar a evasão, e a falta de comprometimento na

realização das tarefas tanto de sala de aula quanto de casa, ainda comprometem o desempenho de muitos estudantes. A infrequência atinge todas as turmas e é necessário todo o empenho da equipe para fazer com que as famílias se comprometam a mandar os filhos todos os dias para a escola, necessitando, muitas vezes, do auxílio do Conselho Tutelar. Nos anos finais, o problema é maior, pois os alunos têm menos supervisão dos pais e escondem muito mais facilmente as faltas da família.

3.3 Finalidades do Atendimento

Da mesma forma que estabelece a LDB, compreendemos a educação como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana**,** tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a BNCC, " deve assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez **competências gerais**, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento."

As finalidades da escola devem sempre estar em consonância com os documentos orientadores federais, estaduais e municipais, a filosofia da escola que se explicita neste documento.

4 FILOSOFIA

A Escola, inserida em um contexto local e universal, entende a educação como um processo permanente de desenvolvimento e aprendizagem em que o sujeito interage para a construção de conhecimentos e saberes. Por isso, busca a formação de um ser humano autônomo, transformador da realidade, comprometido com o seu desenvolvimento e o da coletividade, através do aprender a aprender, a conviver, a ser, a pensar e agir com consciência crítica.

4.1 Objetivo Geral

Promover um espaço educativo no qual toda a comunidade escolar seja desafiada a construir suas aprendizagens e conhecimentos, orientada pelos princípios da gestão democrática, reforçando valores e atitudes de respeito, tolerância e solidariedade.

5 CONCEPÇÕES

5.1 Educação

Da mesma forma que estabelece a LDB, compreendemos que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania. A educação deve acontecer pautada nos princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; do respeito à liberdade e apreço à tolerância; da valorização do profissional da educação escolar; da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrões de qualidade; da valorização da experiência da infância; e da vinculação entre a educação escolar e as práticas sociais. Todos esses princípios também são orientadores da BNCC, do RCG e dos Documentos Orientadores da Rede Municipal de Ensino

É importante frisar que entendemos a educação com direito inalienável das crianças e que a escola está em função delas e não ao contrário. Sendo assim, a educação deve ser pensada a partir da necessidade real dos estudantes, suas capacidades e seu cotidiano, a fim de garantir esse direito.

Na obra Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire (1996) acrescenta que, “[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.” Em outro texto, Freire (2003) afirmou que a “[...] educação [...] é um fator fundamental na reinvenção do mundo.” Entre intervir e reinventar percebemos que a educação ultrapassa o que dizem as leis, é uma experiência ímpar que se constrói no interior das comunidades. Cada experiência é única, mesmo que seja regida pelas

mesmas leis, a educação toma o significado germinado naquele lugar.

5.2 Aprendizagem

A aprendizagem é o processo pelo qual um indivíduo adquire saberes, conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades através de experiências, de ensinamentos e do estudo. Entendemos que todos os indivíduos são capazes de aprender e a escola deve potencializar as aprendizagens de cada um no seu tempo.

A verdadeira aprendizagem é aquela que transforma o sujeito, ou seja, os saberes ensinados são reconstruídos pelos educadores e educandos e, a partir dessa reconstrução, tornam-se autônomos, emancipados, questionadores, inacabados. “Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo”. (FREIRE, 1996).

5.3 As Crianças

As crianças de nossa comunidade chegam à escola com 4 anos de idade, ainda na Educação Infantil, e saem daqui ao formarem-se no Ensino Fundamental com aproximadamente 15 anos, portanto estiveram nesse espaço escolar ao longo de quase uma década.

É aqui que vivem sua infância e passam dela para a adolescência, todavia torna-se importante que a escola pense sobre quem é esse sujeito, que infância e adolescência são essas vividas por eles e quem são os adultos que servem a eles como referência.

Acreditamos que,

> Uma das formas de compreendermos a infância é como um período do desenvolvimento em que o ser humano se encontra mais propício às influências socioculturais, afetivas, por isso, um momento considerado peculiar. É nesse momento que expressamos muitas de nossas referências, incorporamos aprendizagens, modos de estar-junto-com-os-outros.(Sousa, 2010)

As crianças assimilam muitas coisas do espaço em que convivem, temos que

pensar em como tornar esse espaço saudável para que essas crianças vivam essas infâncias tendo adultos como parceiros que a auxiliam e estimulam seu crescimento. É importante ressaltar que esses adultos não são somente seus professores, mas sim funcionários que também fazem parte do seu cotidiano. Acreditamos que esse adulto precise conseguir olhar para essas crianças com os olhos das crianças que foram um dia, deixando sua “roupa” de adulto de lado em alguns momentos, permitindo-se ver o mundo com os olhos de uma criança. De acordo com Sousa (2010), esse adulto precisa ser capaz de ter empatia, de conseguir colocar-se no lugar do outro, ver as coisas com o olhar deste.

Entendemos que cada criança carrega uma história singular e desta mesma forma aprende e interage com seu meio. Deve ser vista na sua integralidade enquanto sujeito. As propostas vividas no ambiente escolar devem valorizar sua relação com a natureza em espaços dentro e fora da escola, permitindo que ela lide com diferentes situações, superando os próprios limites e encontrando desafios, buscando favorecer sua autonomia.

5.4 Adolescência

A passagem da infância para a adolescência acontece dentro do espaço escolar e, muitas vezes, pode gerar dilemas ao vermos o corpo antes infantil crescendo e adquirindo maturidade. É importante ressaltar que geralmente essas problemáticas surgem muito mais do olhar do adulto sobre esse corpo que se desenvolve, do que propriamente da criança que se torna adolescente, pois não é somente fisicamente que as mudanças acontecem, intelectualmente mais maduro, a criança/aluno/adolescente passa a desafiar-se e a desafiar muito mais uma postura que muitas vezes é impiedosamente autoritária.

Para Freire (1996),

> A autoridade coerentemente democrática, fundando-se na certeza da importância, quer de si mesma, quer da liberdade dos educandos para a construção de um clima de real disciplina; jamais minimiza a liberdade. Pelo

> contrário, aposta nela. Empenha-se em desafiá-la sempre e sempre, jamais vê na rebeldia da liberdade um sinal de deterioração da ordem.

A rebeldia da liberdade, vista muitas vezes nos corredores das escolas no comportamento de nossos alunos adolescentes, não pode ser encarada como perda da ordem, até mesmo porque a ordem é algo estabelecido por todos e quase sempre os próprios adolescentes percebem quando o comportamento de algum dos seus companheiros está fora daquilo que é estabelecido por eles mesmos, surgindo assim o estranhamento que pede a figura do adulto como mediador das situações. Portanto, a autoridade está estabelecida no cotidiano da escola, assim como a ordem, mas ela não surge artificialmente de uma figura que represente uma autoridade estabelecida, muito pelo contrário, quando isso acontece temos reais situações de falta de ordem, pois essa autoridade não é galgada na naturalidade, mas sim na multidimensionalidade em que essa autoridade foi constituída.

6 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS EDUCACIONAIS

6.1 Conhecimento: Currículo, Tempos e Espaços na Escola

Entendemos que conhecimento é a organização de saberes constituídos historicamente e perpassados por relações de poder. Desta forma, conhecimento é poder político-social. Que poder é este que nós professores temos, enquanto portadores de conhecimento, e nossos alunos não têm? E que conhecimento é esse que nossos alunos têm, que nós professores não compreendemos e que dá a eles um poder na comunidade, na qual não conseguimos, muitas vezes, nos inserir? Quando é que estes conhecimentos diversos se tocam e deveriam formar aquilo que amplamente discutimos como sendo currículo?

Currículo é, além dos conhecimentos/conteúdos, também o planejamento e a articulação de toda intencionalidade pedagógica da instituição escolar. O Currículo da Adolfina é organizado a partir das necessidades dos alunos, inferidas a partir das avaliações frequentes que se realizam na escola e das discussões dos grupos de planejamento, tendo como documentos orientadores as Diretrizes Curriculares da Educação Básica e da Educação Infantil, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o RCG (Referencial Curricular Gaúcho) e os Cadernos Orientadores da SMED.

Sabendo que a aprendizagem preconiza tempo e espaço diferenciados para os sujeitos constituírem-se socialmente, buscamos trabalhar com as diferentes formas possíveis e necessárias de aprender e ensinar para atingirmos nossos objetivos enquanto

instituição escolar. É necessário levar em conta o contexto na articulação dos saberes, visto que "O conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido." (MORIN, 2000, p. 36).

No intuito de transformar o tempo, o espaço e os conteúdos, em consonância com o artigo 26 da LDB/96, que preconiza que o currículo

> "deve ter uma base comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela." (Lei no 9394/1996)

Para que ocorra tal articulação de conhecimentos, anualmente são realizados os projetos #ForAdacaixA (ver anexo), que propõe a aprendizagem compartilhada e a convivência, além de oferecer alternativa metodológica para incentivar o desejo e a busca pelo conhecimento entre alunos e professores. Também é realizada a Feira de Iniciação Científica Adolfina (FIC Adolfina - ver anexo), na qual são apresentados para a comunidade escolar os trabalhos de iniciação científica realizados pelos alunos.

Os Planos de Estudo de cada ano escolar são definidos a partir do diagnóstico inicial de cada turma, em encontros de planejamento, respeitando documentos orientadores as Diretrizes Curriculares da Educação Básica e da Educação Infantil, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o RCG (Referencial Curricular Gaúcho) e os Cadernos Orientadores da SMED e este projeto Político Pedagógico. A Escola desenvolve Adaptação Curricular aos estudantes com deficiência, TGD ou altas habilidades e acompanhamento individualizado para os alunos com dificuldades de aprendizagem.

Um dos maiores objetivos da escola é formar leitores competentes, porque a compreensão do mundo se dá a partir da leitura. Entendemos a leitura da forma como se entende na BNCC.

> "O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais

> e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades. Leitura no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais."(BNCC, 2016)

Dentro desta definição, compreendemos que nenhuma proposta da escola acontece sem que a leitura esteja envolvida, mas mesmo assim é preciso definir claramente estratégias para o desenvolvimento da competência leitora em todo o Ensino Fundamental e na Educação Infantil e não entender que ela já está desenvolvida porque os alunos estão alfabetizados.

Entendemos que a interação das crianças e dos jovens com as tecnologias digitais está cada vez mais intensa. Não é possível que a escola fique desconectada, uma vez que esta interação está desenvolvendo uma nova inteligência nas gerações que crescem incluídas na cultura digital.

> A UNESCO acredita que as TIC podem contribuir com o acesso universal da educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional de professores, bem como melhorar a gestão, a governança e a administração educacional ao fornecer a mistura certa e organizada de políticas, tecnologias e capacidades. (UNESCO, 2016)

Mas, ao mesmo tempo em que existem alunos e professores totalmente conectados, existem também, professores que ainda não se incluíram totalmente na era digital e alunos que não tem acesso a nenhum tipo de tecnologia fora da escola.

A proposta é não apenas reproduzir as mesmas atividades de uma forma digital e, sim, explorá-las, professores e alunos, buscando soluções originais para representar os conhecimentos que estão sendo construídos, de modo a interagir, cooperar e ser mais útil e criativo**,** através da metodologias ativas e do ensino híbrido. Os alunos e professores interagindo não só como usuários, mas como produtores de conteúdo e de tecnologia, é uma possibilidade advinda de propostas maker que envolvem programação, robótica, pesquisa, ciência e também, marcenaria, elétrica e eletrônica.

Consideramos a educação pela pesquisa como determinante na construção da nossa proposta pedagógica, instigando o aluno e incentivando-o a participar do processo de reconstrução do conhecimento que leva à aprendizagem. Dessa forma, professor e aluno devem ver a pesquisa como uma atividade rotineira. O estudante deve ser o agente de sua própria pesquisa tornando-o um sujeito no processo de construção do conhecimento. De acordo com Demo (1997, p.21) “significa habituar o aluno a ter iniciativa em termos de procurar livros, textos, fontes, dados, informações. Visa-se superar a regra comum de receber as coisas prontas.” Sendo assim, a educação pela pesquisa propiciará a formação de novas gerações mais questionadoras.

6.2 Inclusão, Diversidade e Igualdade

A constituição da República Federativa do Brasil estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3o inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). As leis 10639/2003 e 11645/2008 garantem que as temáticas da diversidade étnico-cultural estejam contempladas na escola.

Cabe ressaltar que a educação ao ser entendida a partir de uma instituição em evolução necessita do outro para se constituir, que "desde o início da história da humanidade, os indivíduos e grupos travavam relações recíprocas diante da necessidade de trabalharem conjuntamente para garantir sua sobrevivência" (Libâneo, 1994, p.21).

Pensando assim, com o passar dos anos muitos foram os decretos, resoluções, declarações, estatutos, leis que foram criados a fim de garantir a educação como bem comum e destinada a todos. Então, como promover a educação que atenda a todos sem discriminação e, além de atender, garantir a aprendizagem? Beyer (2006, p.9) diz que a superação gradual da exclusão ocorrerá, mas:

> [...] sem a mobilização dos grupos envolvidos, isto é, família, professores, especialistas, enfim, todos os sujeitos que se vinculam no cotidiano escolar, pouco se poderá esperar em termos de aplicação do projeto da educação inclusiva através de práticas efetivas de inclusão escolar. Sem tal mobilização, podemos esperar que este projeto continuará apenas como visão de alguns e como retórica de lei.

Entendemos que é preciso ter um olhar atento para todos os alunos, tanto para os com deficiência ou dificuldade de aprendizagem como para aqueles que com altas habilidades ou aqueles que têm dificuldades de relacionamento ou ainda sentem-se de alguma forma excluídos. Para isso, é necessário que essa discussão ocorra paralelamente a discussão do Currículo ou da Avaliação, pois uma sem a outra não se justifica. A partir das discussões feitas no grupo, percebemos que a questão da diversidade e da igualdade tem de ser também um tema transversal, um tema que perpassa todo o planejamento, toda a avaliação e toda a discussão que tivermos nas salas de aula, nos corredores, nas rodas de conversa, e não pode, de maneira nenhuma, ser um tema tabu restrito apenas a questões pontuais de casos de deficiências de um ou outro aluno.

O enfoque da diversidade cultural deve impregnar-se nas atividades da escola na perspectiva crítica. Questionar os mecanismos de construção da identidade étnica nacional, estimulando os alunos a valorizarem as diversas culturas que contribuíram na formação do povo brasileiro, é reconhecer na discriminação uma violência a cidadania.

Devemos pensar essas temáticas na escola como algo que nos remeta ao desafio

de aceitar a possibilidade de convivência simultânea e harmônica com os diferentes grupos culturais. Trabalhar de uma maneira crítica para que os estudantes se aproximem das culturas diferentes da sua, compreendendo sua especificidade, suas diferenças, seus valores e sua religiosidade, é uma forma de ampliar nosso olhar de percepção das características que nos constituem a todos.

6.2.1 Atendimento Educacional Especializado

Conforme o Decreto No 6571/2008, a Resolução CNE/CEB No 4/2009 e a Nota técnica do SEESP 11/2010, a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula. Este atendimento é realizado no turno inverso ao da classe comum na Sala de Recursos Multifuncional, SRM. Conforme o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, PNEE-EI, do MEC (BRASIL, 2007 p.10) define a função do AEE como “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos com NEE, considerando suas necessidades específicas.”

6.2.1.1 Sala de Recursos Multifuncional

A Sala de Recursos Multifuncional é um espaço de desenvolvimento, de pesquisa e construção de novos conhecimentos sobre o processo de aprendizagem que visa contribuir para avanços na área educacional de forma significativa. Exige do profissional que lá atua uma nova forma de pensar, individualmente sobre as peculiaridades de cada

um, de despertar a aprendizagem na/para a vida do aluno. O ensino necessita ser organizado para contemplar os alunos em suas distintas capacidades, com adaptação curricular sempre que necessário.

A prática desenvolvida neste espaço, bem como a desenvolvida nos diversos espaços desta escola, deve ser reflexiva e alicerçada em subsídios teóricos consistentes, buscando a construção de novos conhecimentos, e conforme Carvalho (2006, p.160)

> Precisamos fazer da nossa prática o celeiro de novas teorias ou de reforçamento das existentes. Precisamos confirmar que alguns princípios para o sucesso da aprendizagem são universais. Dentre eles, destaco neste texto, o desejo e a escuta. Desejo do professor e do aluno: aquele de contribuir decisivamente para a cidadania plena do aprendiz e este, de aprender impelindo-o a perguntar, a questionar, a relacionar com o objeto conhecimento, prazerosamente, desenvolvendo habilidades e competências.

É importante fazer deste um espaço de discussão, de formação continuada sobre as concepções que orientem o trabalho do professor que lá atua, possibilitando um suporte para a prática pedagógica em sala de aula através de um trabalho colaborativo.

Fazer deste um espaço pedagógico que contemple um olhar psicopedagógico de investigação, intervenção e apoio ao processo de aprendizagem, propondo-se a investigar o processo próprio de cada um e sua forma particular de aprender, compreendendo-o a partir da sua história pessoal e do contexto no qual está inserido e criando estratégias de atendimento educacional diferenciado levando o aluno a desenvolver-se como cidadão completo.

O público alvo para este espaço segundo a Resolução CNE\CEB Nº 4\2009 (Brasil, 2009 b) são alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades\superdotação.

6.2.1.2 Estagiário de Apoio à Inclusão

Os estagiários de Apoio à Inclusão são contratados pela Mantenedora a fim de atender aos alunos com deficiência. O trabalho realizado pelos apoiadores a alunos com

inclusão é organizado a partir de orientações apresentadas pelo AEE. Os apoiadores têm exclusivamente o acompanhamento ao aluno com deficiência e realizam as atividades designadas pelos professores regentes de turma, mas com total liberdade para sugerir formas de atuação ou atividades diferenciadas de acordo com a sua experiência no trabalho com aquele aluno. É ele quem faz as orientações básicas tanto de organização e auxílio com relação ao seu material quanto ao acompanhamento durante o lanche, recreio, saídas de estudo e passeios de acordo com a necessidade favorecendo o desenvolvimento de sua autonomia. Também pode fazer observações quanto a evolução dos alunos que acompanha, fazendo registros, a fim de colaborar no processo de **aprendizagem** e avaliação deles. O trabalho de apoio ao aluno com deficiência é de suma importância para que ele sinta-se mais seguro e com confiança para desempenhar suas atividades escolares e se necessário encorajando-o a questionar suas dúvidas, também tem postura de professor e necessita criar vínculo com os alunos para que a aprendizagem flua favoravelmente, levando em consideração aspectos já citados neste PPP.

É fundamental sua interação junto ao profissional que atende no AEE principalmente nos processos de transição e acolhimento da pessoa com deficiência

6.3 Princípios de Convivência

Segundo o Dicionário Online da Língua Portuguesa, conviver é ter uma vida em comum, ser próximo de alguém, ter boa relação com alguém, coexistir, partilhar um mesmo local, adaptar-se, ficar acostumado com situações ou condições exteriores.

A escola é um lugar de convivência de muitos indivíduos com desejos e anseios que se aproximam ou se afastam. A convivência não é naturalmente pacífica, é geralmente conflituosa e o conflito não é naturalmente negativo. Para conviver é necessário estabelecer princípios, mas os princípios devem ser interpretados de acordo com os contextos e as percepções de cada um e do coletivo.

A escola não é o lugar em que se aprende apenas a “ser bom”, numa interpretação simplista da ideia de convivência, mas onde se pode ser aquele sujeito único que retratam

as filosofias educacionais, ao mesmo tempo conectado com todos os outros sujeitos únicos também que coexistem neste espaço escolar.

> Ambiguamente, a escola pode ser considerada um núcleo onde a vida e o conhecimento se encontram imbricados, conjugando, em seus afazeres pedagógicos, o mundo ensinado com o mundo vivido. É com essa postura política que a escola pode assumir sua dimensão ética e incorporar, em sua práxis, o cuidado com o outro, reconhecido em sua legitimidade. Como uma das instituições da sociedade responsável pela gestão do cuidado com aqueles que lhes são confiados para se tornarem sujeitos livres e responsáveis, a escola tem ainda uma dimensão estética, porque pode ensinar e aprender, regulada por uma matriz do sentir em comum. (Sousa, 2010)

Dessa forma, entendemos que o “mundo vivido” é o lugar no qual precisamos estabelecer uma convivência não pacífica ou cordial, mas uma convivência “bem resolvida”. Nossa escola pretende ser um lugar seguro, no qual os sujeitos possam expressar seus sentimentos, suas necessidades, seus conflitos e não sejam julgados, mas sim, orientados para que possam compreender os acontecimentos não apenas a partir das dicotomias certo/errado, bom/mau, grande/pequeno, criança/adulto, forte/fraco, deficiente/normal, branco/negro, mas num contexto muito mais amplo e significativo.

Por isso, nossas propostas pedagógicas sempre pretendem contemplar a participação dos indivíduos na sua construção e execução, ampliando cada vez mais o protagonismo de todos os segmentos, através das assembleias, das comissões, dos projetos, dos debates. Também, entendemos que é preciso aprender a conviver na prática real da convivência, para isso ampliamos e melhoramos significativamente os espaços de convivência e os momentos de interação entre os anos escolares. Estas propostas fazem parte dos projetos: #aprenderecompartilhar, #foradacaixa e FIC.

Todos os projetos são criados e executados a partir das demandas encontradas nas assembleias e referenciados pela Constituição Federal, LDB, ECA, a lei 11525/2007, a lei 13185/2015, BNCC, Programa Municipal de Pacificação Restaurativa. Lei 3.133/2018 e o Caderno Temático Conexão Educação e Segurança, entre outras.

6.4 Gestão Democrática

Proposta na qual todos os segmentos que compõem a comunidade escolar participam das decisões de dimensões pedagógico-administrativas, que envolvem estudo, planejamento, proposições para o contexto escolar.

Para que isso realmente aconteça, é necessário que se organize uma estrutura escolar, com momentos criados para a discussão das ideias, que favoreça a participação de todos, pois, a mesma não se estabelece se não forem oferecidos meios para tal.

> "Uma escola democrática, porém, entende a participação como um envolvimento baseado no exercício da palavra e no compromisso da ação. Quer dizer uma participação baseada simultaneamente no diálogo e na realização dos acordos e dos projetos coletivos. A participação escola autêntica une o esforço para entender com o esforço para intervir." (Puig, 2000)

A valorização de todos os segmentos da escola também deve ser meta da Gestão Escolar. A valorização compreende além dos processos de ensino e aprendizagem, as relações de trabalho, de convivência e o respeito às legislações vigentes.

As ações a serem realizadas a cada ano letivo serão estabelecidas através da Conferência Escolar, a qual acontece anualmente conforme o calendário escolar.

A escolha da direção e vice-direção da escola é feita através de eleição direta, a cada três anos, conforme Lei Municipal no 2015/2009 de 13 de outubro de 2009. O processo ocorre por meio da votação dos segmentos de professores, pais e alunos a partir de 12 anos.

Para organizar as assembleias e a Conferência Escolar, todos os anos é formada uma Comissão de Gestão entre os professores, funcionários e alunos.

6.4.1 Assembleias

A assembleia é um momento de compartilhar as decisões relativas ao ambiente escolar, pertencente a todos, professores, funcionários, pais e alunos.

Para os alunos, professores e funcionários, as assembleias ocorrem mensalmente.

Para os pais, estes momentos acontecem nas reuniões da Apemem, mas, em determinados momentos, as famílias são consultadas via bilhetes..

No mês de novembro, acontece a Conferência Escolar Adolfina, de todos os segmentos, para análise das demandas e votação do que é prioridade para realização no próximo ano. Em anexo, segue o projeto específico da Gestão Democrática.

6.4.2 Planejamento coletivo

O planejamento coletivo acontece mensalmente no turno de aula, em dia não letivo determinado no calendário escolar. As reuniões têm enfoque administrativo e pedagógico e são momentos primordiais de participação nas decisões do grupo de professores e funcionários. É no planejamento coletivo que ocorre a assembleia de professores.

6.4.3 Associação de Pais e Mestres - APEMEM

A APEMEM tem a finalidade, de acordo com o seu estatuto, de congregar pais, professores e responsáveis por alunos do estabelecimento, para promover o desenvolvimento educacional, cultural e intelectual do educando e manter estreita aproximação entre o lar e a escola, a fim de, inclusive, obter recursos de toda a natureza para que a escola se mantenha.

Esta associação também exerce a função de Unidade Executora (UEx). As UEx tem a finalidade de gerenciar os recursos financeiros destinados às escolas públicas das redes estaduais ou municipais, pelo PDDE/MEC (Programa Dinheiro Direto na Escola) e pelo PMGFE (Programa Municipal de Gestão financeira da Escola).

A escolha dos representantes desta associação ocorre a cada dois anos por voto dos responsáveis legais dos alunos e dos professores.

6.4.4 Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil Zuleika Kunz tem por finalidade estimular o interesse dos alunos na construção da solução de problemas da escola, contribuindo para formar, assim, cidadãos conscientes, participativos e multiplicadores destes valores.

O Grêmio promoverá ações na área social, cultural, esportiva e educacional, podendo realizar eventos, cursos, debates, palestras, campeonatos, concursos e quaisquer outras atividades ligadas às suas finalidades e de acordo com o seu estatuto.

A escolha dos representantes do Grêmio ocorre a cada dois anos, por voto dos alunos.

6.5 Educação Ambiental e Sustentabilidade

A Educação Ambiental é um importante instrumento na conservação do Meio Ambiente, que deve ser utilizada nas temáticas escolares. Na lei no 151, de 15/12/98, Art. 6°, inciso VII, consta a Educação Ambiental como um dos instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente de Novo Hamburgo. Dessa forma, entende-se que todos os segmentos da Comunidade Escolar são responsáveis pela construção dos conhecimentos a respeito do Meio Ambiente. Devemos analisar dados levantados por meio de observações, identificando focos de problemas ambientais na comunidade escolar, a fim de criar planos de ação sustentáveis que envolvam todos os segmentos escolares.

Faz parte da Educação Ambiental também a fiscalização, a identificação e a denúncia dos estragos feitos ao Meio Ambiente, por isso é necessário sensibilizar os alunos e suas famílias, a sociedade e os poderes públicos, a fim de conscientizar sobre os riscos de assumir uma postura consumista e de produção excessiva de resíduos, mostrando que o uso indiscriminado de produtos industrializados aumenta a produção de resíduos e afeta diretamente a preservação do meio ambiente.

A escola repensa as ações ambientais do cotidiano, partindo do pressuposto de que precisamos reduzir o consumo, reciclar e reaproveitar os materiais, aplicando os 5Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar, reciclar). Dentro deste contexto, desenvolvemos o Projeto Escola Sustentável que visa incorporar no cotidiano escolar atitudes voltadas à

preservação do meio ambiente, bem como desenvolver ações que levem a comunidade a refletir sobre suas práticas diárias, apostando num desenvolvimento que não desrespeite o planeta e satisfaça as necessidades humanas sem comprometer o futuro da Terra e das próximas gerações.

Em 2014, determinado em Conferência Escolar, criou-se uma Comissão de Sustentabilidade, formada por professores, funcionários e alunos, que organiza as ações da “Escola Sustentável”. Em 2015, o documento da Conferência novamente determina ações para o projeto: “Desenvolver projetos coletivos, que incentivem o projeto Escola Sustentável, em todos seus segmentos(sacolas plásticas, brigadas, desperdício).” Em 2016, a Conferência determina “manter uma comissão permanente de sustentabilidade”, explicitando claramente a importância deste conteúdo para a comunidade escolar.

7 ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação básica é regida a Lei no 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Constituição da República Federativa do Brasil. Também são orientadores do nosso trabalho: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e o RCG (Referencial Curricular Gaúcho) e ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.1 Educação Infantil

7.1.1 Finalidades da Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade, segundo o artigo 29 da LDB, o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Nossa escola oferece turmas de Faixa Etária 4 e 5 anos, no turno da manhã e da tarde. As crianças são em sua maioria, oriundos da EMEI Vivendo e Aprendendo, alguns de outras EMEÍs próximas e outros ainda vindos de casa, sem nunca terem frequentado a escola. A chegada desses alunos é organizada através de um projeto de transição com alunos que já são da RME e alunos novos. Este projeto contempla visita das crianças a escola, encontros entre equipes diretivas e professores das escolas envolvidas para trocas a respeito dos alunos, proposta de integração entre alunos e reunião de acolhimento dos pais.

A Lei no 12.796/2013, torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. O novo documento ajusta a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional no 59,

de 11 de novembro de 2009. Também estabelece que a educação infantil será organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por no mínimo 200 dias letivos. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial, sendo obrigatória a frequência de 75%.

7.1.2 Currículo da Educação Infantil

O currículo da Educação Infantil de acordo com a BNCC é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular experiências saberes e conhecimentos tendo como eixos norteadores a interação e o brincar. A intencionalidade educativa deve estar marcada pela indissociabilidade entre o educar e o cuidar. O entendimento de educar valoriza a escuta e respeita as características, os conhecimentos e as experiências das crianças, segundo o Referencial Curricular Gaúcho. Esta escuta deve compreender as necessidades das crianças e saber traduzi-las em situações de aprendizagem, estando diretamente ligada à intenção do adulto, que deve estar acompanhando, perguntando, inventando e oferecendo espaços e tempos para as investigações das crianças.

Os espaços da educação infantil devem possibilitar essas intervenções e auxiliar no desenvolvimento da autonomia da criança, bem como serem acolhedores, dinâmicos e envolventes, pois esses são os momentos em que as crianças desfrutam e constroem suas culturas e saberes. Esses espaços devem funcionar como um segundo educador descentralizando do adulto. Devem oferecer possibilidades de construção, jogo simbólico, patrimônio cultural, materiais expressivos, diferentes jogos e espaço para descanso. Dessa forma, enquanto profissionais da educação devemos refletir sobre esses espaços, saindo da concepção de sala de aula como espaço exclusivo de aprendizagem, expandindo para todos os espaços externos da escola e da comunidade local.

As salas de aula da FE 5 são integradas com da 1ª etapa do 1º ciclo (turmas 11) buscando uma transição e acolhimento na entrada ao Ensino Fundamental. Não queremos antecipar as propostas da 1º etapa para Educação Infantil, mas ampliar as

propostas coletivas, de interação e protagonismo no processo de alfabetização. Queremos ainda manter o respeito pela infância na entrada ao Ensino Fundamental, oferecendo ainda esses espaços ricos em aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular propõe um novo arranjo para a etapa da Educação Infantil: os Campos de Experiências. A ideia leva em conta que bebês e crianças pequenas aprendem e se desenvolvem por meio de experiências do cotidiano, que devem ser planejadas com intencionalidade pelos professores. Os Campos de Experiências são baseados em seis direitos de aprendizagens :

· Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

· Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

· Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.·

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

· Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

· Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências em que se organiza a BNCC e guiam as propostas na Educação Infantil são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Os campos de experiências falam de um brincar cheio de significados, onde as crianças interagem em pares e vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista, construindo sua autonomia e senso de autocuidado.

Com o corpo exploram o mundo estabelecem relações, expressam-se e brincam por meio das diferentes linguagens. A nossa escola busca promover oportunidades para que as crianças possam, sempre através lúdico e da interação com seus pares aprender brincando, sendo incentivadas pela curiosidade. Através dos campos de experiência buscamos oferecer para as crianças vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, exercitando a autoria (coletiva e individual) promovendo a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística. Em diferentes momentos da rotina infantil buscamos promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral e escrita: ouvindo histórias e reconhecendo diferentes usos sociais da escrita. a imersão na cultura escrita acontece de forma lúdica nas experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças. A Educação Infantil não tem a intenção de alfabetizar, mas oferecer oportunidades para que as crianças exerçam seu direito A leitura e a fruição de histórias, como experiência social. O contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros, podendo assim construir hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão

conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Nesta etapa da vida escolar queremos ainda promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Essas experiências devem ser oferecidas também através do brincar heurístico que proporciona às crianças a possibilidade de explorar objetos simples do dia a dia de forma que possam ter a oportunidade de expandir suas ideias, sua criatividade, suas percepções sobre o mundo e suas sensações, experiências que brinquedos mais estruturados não oferecem.

As salas são organizadas sem mesas e cadeiras para todos os alunos, compreendendo que eles não precisam estar todos fazendo a mesma atividade ao mesmo tempo, proposta que se estende a 1ª etapa do 1º ciclo.

A escola Adolfina pretende aproveitar a transição entre a Educação Infantil e a 1ª etapa do 1º ciclo para enriquecer as propostas dos ciclos seguintes, oportunizando uma educação menos bancária, menos emparedada, onde a autonomia, o protagonismo, a criatividade e a interação sigam sendo eixos norteadores das propostas docentes.

7.2 Ensino Fundamental

O Ensino fundamental está organizado em ciclos de formação conforme permite a LDB no seu artigo 23. Comprometida com a transformação do sistema educacional para um modelo menos excludente e seletivo, que possa oferecer a todos os estudantes uma aprendizagem significativa e que permita que a filosofia da escola possa se colocada em prática, a proposta do #aprenderecompartilhar fica mais confortável de ser executada neste sistema educacional.

A escola em ciclos deve reconhecer a pluralidade e a diversidade cultural como características de qualquer escola ou de qualquer sala de aula e garantir que as crianças e adolescentes sejam respeitados no seu tempo de aprendizagem, sem deixar de estabelecer metas e objetivos individuais e coletivos.

Os nove anos obrigatórios dos Ensino Fundamental estão divididos em quatro ciclos contínuos de formação, sendo que os alunos só podem ser retidos no final de cada ciclo.

1º Ciclo: (6,7 e 8 anos) Etapas I, II e III

2º Ciclo: (9 e 10 anos) Etapas I e II

3º Ciclo: (11 e 12 anos) Etapas I e II

4º Ciclo: (13 e 14 anos) Etapas I e II

Os alunos são agrupados em turmas anualmente de acordo com os critérios estabelecidos pela mantenedora, número de alunos por turma, critérios de disponibilidade de turnos, necessidades das famílias ou critérios estabelecidos pelos professores em conselho de classe, com o objetivo de oferecer um espaço adequado de convivências para cada aluno. Ao mesmo tempo, existem atividades ou projetos que podem, durante algum período do ano letivo, reagrupar esses alunos temporariamente a fim de garantir aprendizagens específicas, desde que não cause prejuízo em sua avaliação ou dificuldade em garantir os registros oficiais solicitados.

7.2.1 Finalidades do Ensino Fundamental

Conforme o artigo 32 da LDB 9394/96: desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; compreender o ambiente natural e social, o sistema político, tecnologia, as artes e os valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; fortalecer os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Também é finalidade desta etapa escolar desenvolver as competências gerais da BNCC e as habilidades e competências de cada ano escolar de uma forma coletiva e de

parceria, que promova a autonomia e a autoria dos estudantes.

7.2.2 O Currículo do Ensino Fundamental

O currículo é orientado pela BNCC e RCG, respeitando a proposta de ensino por ciclos, a filosofia da escola e a proposta do #aprenderecompartilhar:

> Com certeza, não nos interessa ser a frente de nada ou ninguém, nos interessa, isso é certo, andar para frente juntos, a cada passo carregando todos e cada um no caminho do conhecimento consciente, da cidadania crítica, da felicidade, da realização de "ser alguém" capaz de andar por aí compreendendo nosso ser, nossa aldeia, a coletividade e o mundo e, ainda, ser capaz de agir sobre esse mundo, micro e macro, buscando um tempo melhor.
>
> As experiências que nos possibilitaram forjar este nosso jeito de ser sempre tiveram como base as ideias da participação coletiva, da utilização e "subversão" do tempo e do espaço escolar, da consciência de que todos (professores, alunos e comunidade) podem e devem aprender, da certeza de que se aprende tanto sozinho, como junto e misturado, da necessidade de respeito, tolerância e solidariedade e da convicção de que uma educação pública de qualidade é possível.(Projeto, 2018,em anexo)

7.3 Metodologia

Considerando que aceitamos como princípio o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e acreditamos na competência dos profissionais que compõem o quadro da escola, não seguimos uma metodologia única de trabalho. Os profissionais podem e devem desenvolver seu trabalho utilizando-se da metodologia mais eficaz para atingir os alunos que atendem, com auxílio e orientação da Equipe Pedagógica.

Por outro lado, entendemos que as metodologias utilizadas pelos professores estão sujeitas a discussão coletiva e que devem ser ajustadas e reorganizadas a partir das decisões tomadas em reuniões, assembleias e atendimentos, visando sempre o melhor aproveitamento dos alunos. Assim, a construção coletiva de uma escola fundada na democracia das relações se sobrepõe ao interesse individual. A metodologia de trabalho está sempre sendo construída a partir de pesquisas, leituras e discussões realizadas durante o ano letivo.

Para algumas propostas o entendimento coletivo já se estabeleceu, como, por

exemplo, para o uso da Metodologia Científica para orientar os projetos de pesquisa e da metodologia da resolução de problemas para o ensino da matemática. Estas metodologias e processos estão definidos nos projetos específicos que são realizados a cada ano: iniciação científica, #forAdacaixA, ensino de matemática e ensino de linguagem.

7.3.1 Formação continuada do coletivo de funcionários da escola

A formação continuada terá em vista a qualificação do trabalho de todos os funcionários da escola, pois “Não há ensino de qualidade nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores.” (NÓVOA, 1992, p. 9). Ampliamos este conceito para abarcar todas as outras pessoas que trabalham na escola e que em seus espaços produzem significados diversos na interação com os estudantes. Sendo assim, acontecem diversos encontros de formação e discussão para todas as categorias de profissionais que trabalham na escola, além das formações oferecidas pela mantenedora

Entendemos que todas as reuniões de discussão, as assembleias, os encontros individuais com a coordenação, além das formações temáticas, contribuem para a formação do indivíduos que compõem a escola. A qualificação do trabalho de todos se dá juntamente com a qualificação da proposta pedagógica da escola. O processo pedagógico democrático precisa de profissionais que desempenhem suas funções com autonomia e autoria, contribuindo para a construção do projeto coletivo da escola e incentivando o protagonismo.

Dentro da proposta da escola, o desenvolvimento de cada professor especificamente é observado pela coordenação pedagógica através de um acompanhamento de modo mais sistemático e individual da prática pedagógica e do processo ensino-aprendizagem de cada turma a partir de visitas em sala de aula, diálogos, orientação do planejamento diário e estudos com temas e assuntos de acordo com a necessidade do grupo e contemplando as formações oferecidas pelo Governo Federal e Secretaria de Educação.

7.3.2 Programas e projetos

Muitos programas e projetos compõem o currículo da Adolfina, sendo o mais relevante o #aprenderecompartilhar.

Desde 2014 a escola propõe o Projeto de Iniciação Científica (em anexo) que compreende todas as turmas da escola em diferentes níveis e culmina com a FIC Adolfina (Feira de Iniciação Científica). Este projeto viabiliza a Articulação dos Saberes na escola, de forma a garantir o ensino pela pesquisa em todos os níveis.

O Projeto Institucional para a aprendizagem e ensino da Matemática é desenvolvido na escola desde 2017 e nasceu de uma demanda da Conferência Escolar de 2016, na qual era solicitado um "projeto para aprender mais matemática". Desde então, trabalhamos com a metodologia de resolução de problemas no ensino da matemática. O projeto está em anexo neste documento.

O Programa Movimento e Vivências na Educação Integral – MOVE foi instituído pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo em 2018.

> "Através das ações do MOVE objetiva-se ampliar a jornada, diversificar as experiências e contribuir para as aprendizagens e formação integral dos alunos por meio de atividades educativas, lúdicas e recreativas. Para desenvolvê-las, cada escola oferece as propostas de acordo com seu Projeto Político Pedagógico (PPP), materiais disponíveis e recursos humanos". (site)

Nossa escola atende até 80 alunos nos dois turnos do projeto. São oferecidas as oficinas obrigatórias de português e matemática e ainda dança, esporte e artesanato. A escola privilegia oferecer oficinas nas quais os alunos possam desenvolver a criatividade, a autonomia e o espírito de equipe. A cada ano, as oficinas podem ser trocadas, dependendo da oferta de oficineiros.

Além desses projetos, a escola também desenvolve o #foradacaixa, o projeto de

linguagem e participa do Escola Conectada, do Ensinar e Aprender Juntos, do Mais Alfabetização e do Projeto Piloto do município Educ@ção.

7.4 Avaliação

Philipe Perrenoud (1999), afirma que a avaliação pode ocorrer sob duas lógicas, a lógica da seleção, com caráter classificatório, ou a lógica do sucesso, com foco na aprendizagem. A avaliação, na ótica da seleção, assume caráter classificatório e punitivo, podendo ser usada como instrumento de controle, dependendo da postura do professor. É importante ter clareza de que o insucesso do aluno é também insucesso do professor. O ensino só se efetiva quando ocorre a aprendizagem e é neste pressuposto que as teorias pedagógicas – que consideram o aluno como o único responsável pela sua aprendizagem – estão fadadas ao fracasso. Na perspectiva do ensino tradicional tecnicista, que concebe a aprendizagem como memorização ou como modificação de comportamento, a preocupação do professor é atribuir nota conforme a “quantidade” de conteúdos aprendidos e/ou de comportamentos modificados.

Na escola Adolfina, acreditamos na avaliação para o sucesso, com o foco na aprendizagem, onde o aluno se desenvolva, assim como está previsto na LDB; nos eixos pessoal, social e cognitivo. Buscamos, dentro da nossa instituição de ensino, formar um cidadão que saiba preservar e contribuir com o meio em que vive, interagir dentro do seu grupo social e sendo esse, o seu primeiro contato com a educação, servir de incentivo para sua formação escolar.

O que nos torna humanos são as nossas práticas. Logo, o ensino, uma das principais práticas, deve focar e avaliar o desenvolvimento humano do educando, e não apenas seu desenvolvimento cognitivo.

> O processo, o crescimento gradativo e o respeito ao aluno como pessoa, contemplando suas inteligências múltiplas com seus limites e qualidades. O processo avaliativo está a serviço da construção do conhecimento, da

> harmonia, conciliação, da aceitação dos diferentes, tendo como premissa uma melhor qualidade de vida.(BEHRENS, 2005, p. 75).

7.4.1 Acompanhamento da Aprendizagem

7.4.1.1 Processos de avaliação

7.4.1.1.1 Avaliação na Educação Infantil

A avaliação das crianças na educação Infantil processa-se por meio de observação sistemática e dos registros das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. acompanhando o crescimento harmonioso da criança nos aspectos de ordem física, afetiva e cognitiva, estética, de relação interpessoal e inserção social. Faz-se mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. É realizada continuamente, por meio do acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento, observando as áreas sócio-afetiva, cognitiva e psicomotora. Tem como finalidade acompanhar e repensar as práticas realizadas no ambiente escolar. Compreender como a criança se apropria de modos de agir, sentir e pensar, como interage com seus pares, como brinca individual e coletivamente, suas preferências e suas narrativas.

O parecer descritivo é entregue semestralmente aos pais ou responsáveis, que recebem relatório de avaliação, no qual, o processo de aprendizagem é descrito detalhadamente, objetivando um claro posicionamento do desenvolvimento de cada criança. A forma utilizada para esta avaliação usa recursos como desenhos, pinturas, modelagem, colagens e recortes individuais e coletivos dos alunos. O uso de tecnologias também se faz presente nos momentos em que os alunos utilizam o Laboratório de Informática e registram, através de fotos e filmagens, o uso dos diferentes espaços da escola e nos passeios.

Um momento para a auto-avaliação, ao final de cada semestre proporciona um momento de reflexão sobre a aprendizagem e o desenvolvimento de cada aluno até

aquele momento.

A avaliação dessa forma contribui para a continuidade do processo educativo, na transição para o Ensino Fundamental.

7.4.1.1.2 Avaliação no Ensino Fundamental

O processo de aprendizagem e a frequência escolar integram a avaliação do estudante que é realizada pelos professores, com o apoio da equipe diretiva da escola, em conselho de classe. Os professores têm planilhas de acompanhamento dos alunos, nas quais registram seu desenvolvimento ao longo do semestre e utilizam para justificar o resultado de cada avaliação. Também a coordenação pedagógica faz registros em planilhas individuais compartilhadas dos estudantes ao longo de todas as etapas de todos os ciclos a fim de acompanhar o desenvolvimento de cada um ao longo de sua trajetória escolar. Os estudantes, através de portfólios individuais compartilhados, fazem os próprios registros da sua trajetória. Todos estes documentos são utilizados para definir os pareceres das avaliações.

A avaliação está relacionada às concepções e às práticas que norteiam o processo educativo, às metodologias adotadas e intenções pedagógicas, expressando o desenvolvimento de habilidades, a partir do currículo.

Os resultados da avaliação são expressos ao final de cada semestre em que o ciclo está organizado. A comunicação é feita aos estudantes ou responsáveis por meio da entrega de boletim avaliativo, ao final de cada semestre. A autoavaliação do estudante é anexada ao boletim a cada comunicação de resultado.

O Conceito final é o resultado da análise do rendimento escolar do ciclo, considerando os conceitos do conjunto das habilidades avaliadas em cada semestre.

Durante os semestres, serão utilizados os seguintes conceitos para avaliar o desenvolvimento de cada habilidade e/ou objetivo:

A - Atingiu CRITÉRIO: quando o estudante desenvolve a habilidade e/ou objetivo proposto para o semestre.

EP - Em Processo CRITÉRIO: quando o estudante está em processo de aprendizagem relativo a habilidade e/ou objetivo proposto para o semestre. Essa habilidade e/ou objetivo deverá permanecer na avaliação do semestre ou ciclo subsequente, em um processo de recuperação contínua.

No 1º e 2º ciclos, o professor titular da turma é responsável pela elaboração do registro escrito da contextualização da aprendizagem de cada estudante, por semestre, considerando o processo de aprendizagem, a análise dos instrumentos de avaliação e debates realizados no conselho de classe.

No 3º e 4º ciclos, o professor referência é definido entre os professores, pela equipe diretiva e estudantes. Ele é responsável pela elaboração do registro escrito da contextualização da aprendizagem de cada estudante, por semestre, considerando o processo de aprendizagem, a análise dos instrumentos de avaliação e debates realizados no conselho de classe.

A definição do conceito final, no final de cada ciclo, deve ser resultado da análise do desenvolvimento do estudante ao longo do ciclo, a partir de avaliação diagnóstica e formativa.

É fundamental que o Conselho de Classe analise os registros dos professores que acompanharam a aprendizagem do estudante, antes de definir o conceito final.

No 1º e 2º ciclos há apenas um conceito final globalizado.

No 3º e 4º ciclos, por se tratar de ensino por componente curricular, há um conceito final para cada componente curricular.

Serão utilizados os seguintes conceitos:

A - Atingiu CRITÉRIO: quando o estudante desenvolve o conjunto de habilidades e/ou objetivos propostos para o ciclo.

AP - Atingiu Parcialmente CRITÉRIO: quando o estudante desenvolve parte das habilidades e/ou objetivos propostos para o ciclo.

NA - Não Atingiu CRITÉRIO: quando o estudante não atingiu as habilidades e/ou objetivos propostos para o ciclo.

7.4.1.1.2.1 Aprovação e reprovação do estudante

O processo de avaliação diagnóstica, formativa, contínua, cumulativa, participativa e reflexiva acontece em todas as etapas dos ciclos, a fim de garantir aprendizagem de todos estudantes dentro das suas potencialidades.

Não há reprovação entre as etapas do ciclo. Os estudantes são considerados promovidos, exceto aqueles que não tem frequência mínima e não realizaram as atividades compensatórias. Neste caso, esses estudantes serão retidos na etapa que estiverem cursando, com registro em ata.

Na última etapa de cada ciclo ocorre a aprovação ou reprovação do estudante.

A aprovação ou reprovação está relacionada à avaliação expressa no conceito final, considerando que a frequência faz parte dos critérios para a aprovação ou reprovação, conforme legislação vigente.

A partir do Conselho de Classe, considerando as avaliações dos semestres que compõem o ciclo e o conceito final, emite-se o resultado final, considerando-se que:

No 1º e 2º ciclos:

Considera-se **APROVADO** o estudante que apresentar o conceito final globalizado A ou AP.

Considera-se **REPROVADO** o estudante que apresentar o conceito final globalizado NA.

No 3º e 4º ciclos:

Considera-se **APROVADO** o estudante que apresentar o conceito A ou AP em todos os componentes curriculares.

Considera-se **REPROVADO** o estudante que apresentar o conceito NA em um ou mais componentes curriculares.

7.4.1.2 Conselho de classe

Constitui-se em um espaço pedagógico que objetiva acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, oportunizando condições de avaliar os planos de estudo, a partir dos dados que subsidiem o redimensionamento constante de prática pedagógica. Os Conselhos acontecem por turma, tanto na Educação Infantil, como no Ensino Fundamental. Participam do conselho os professores responsáveis pelas turmas, a orientação educacional, a coordenação pedagógica, a direção e outros profissionais que trabalham com as turmas.

O conselho de classe é o órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didáticos-pedagógicos, constituindo-se como espaço soberano para consolidação dos resultados da avaliação. Ocorre semestralmente, precedido de Pré-Conselho e Conselho Participativo, sob a coordenação da equipe pedagógica da escola, com registros em ata e de acordo com as orientações da mantenedora: Orientações para Conselho de Classe da Rede Municipal de Ensino de 2017. O enfoque do conselho de classe é voltado para a ação conjunta dos professores em relação aos procedimentos, que devem ser adotados com todos os alunos, incluindo alunos com deficiência ou alunos com flexibilização curricular, refletindo de forma mais detalhada sobre cada um.

O acompanhamento do desenvolvimento dos alunos é constante, e acontece antes e depois dos Conselhos de classe, através de encontros entre a Coordenação Pedagógica, a Orientação Educacional, a Direção, os professores, os alunos e os pais. Estes encontros são registrados em Atas e estão disponíveis para análise no Conselho de Classe. Também estão previstas reuniões mensais em todas as turmas em forma de assembléia onde os participantes discutem, refletem e agem para o bem estar de todos, montando estratégias e planos individuais, da turma e da escola, contemplando diversos assuntos referentes à aprendizagem, convivência, espaço físico, uso de materiais entre outros.

Todos os professores de turma, de programas, de projetos e demais professores envolvidos, participam dos Conselho de Classe semestrais apresentando os registros pertinentes ao processo de aprendizagem do estudante, de acordo com suas atribuições

em relação às turmas.

Na avaliação final, os professores do 1º e 2º Ciclo reúnem-se em Conselho Coletivo, a fim de conhecer a avaliação final de cada turma e discutir a situação dos alunos para os quais o professor titular ainda não conseguiu definir o resultado da avaliação.

7.4.1.3 Recuperação

As atividades de recuperação preventiva devem acontecer durante os horários de aula de acordo com o resultado das avaliações e a necessidade dos alunos.

Além disso, os professores de 3º e 4º Ciclo, de acordo com a possibilidade, podem ter na carga horária, um ou dois períodos semanais para realizar acompanhamento individual dos alunos.

No 1º e 2º Ciclo, a recuperação pode contar com o apoio do professor de Apoio ao Ciclo, ou agrupando-se os alunos de diferentes turmas e etapas por necessidade e com propostas diferenciadas para cada grupo. Quando o processo de ensino /aprendizagem assim o requerer e houver possibilidade de gestão de Recursos Humanos, outras formas de atendimento individualizado poderão ser organizadas dentro do horário normal de aula, incluindo todos outros profissionais que não o professor da turma, a partir das necessidades de cada grupo, por tempo a ser determinado durante o processo.

7.4.1.4 O professor de Apoio ao Ciclo

Cada turma conta com a atuação, além do professor de referência, do professor de apoio ao ciclo. Cada Ciclo de Formação contará com um professor apoio, cuja carga horária será definida em conjunto pela mantenedora e a equipe diretiva, de acordo com a necessidade da escola.

1. Conhecer, planejar, interferir e avaliar, junto com o(s) professor(es) da(s) turma(s), as propostas de cada sala de aula.

2. Estabelecer a articulação para a interdisciplinaridade entre as turmas dos ciclos e entre os professores que atendem essas turmas.
3. Integrar as propostas das turmas de cada ciclo.
4. Oportunizar um olhar individualizado aos estudantes que apresentem dificuldades específicas.

7.4.1.5 Laboratório de Aprendizagem

Espaço de pesquisa e construção de novos conhecimentos sobre o processo de aprendizagem que contribui para avanços na área educacional de forma significativa. Procura-se que este espaço não legitime a dificuldade centrada no aluno e sim que seja um espaço de investigação, sobre todas as questões que estão envolvidas as aprendizagens, as possíveis causas de dificuldades, propondo formas diferenciadas de a investigação e intervenção. A prática desenvolvida neste espaço deve ser reflexiva e alicerçada em subsídios teóricos consistentes, levando a construção de novos conhecimentos, resultando em produções científicas e socialização dos novos conhecimentos em eventos e publicações relacionadas à área.

Os alunos participantes devem ser organizados de acordo com os objetivos a alcançar, preferencialmente dentro de sua faixa etária, indicados pelos professores ou equipe diretiva

7.4.1.6 Correção de fluxo

Percebemos que repetência, o abandono e a evasão são problemas crônicos, que sempre estiveram presentes na história da educação escolar brasileira. O insucesso escolar tem sido uma deficiência grave, tanto para o aluno, levado à perda da auto-estima, como para o sistema educacional como um todo.

Os artigos 23 e 24 da LDB tratam, respectivamente, da organização do ensino em "séries anuais, períodos semestrais, ciclos, grupos não seriados", etc. (Art. 23) e da verificação do rendimento escolar, que abre as seguintes possibilidades: possibilidade de

aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado (LDB art.24, inciso V, alíneas b e c).

Tendo em vista tais possibilidades e a realidade vivenciada na escola, entendemos que é importante pensar sobre cada aluno que temos com distorção idade/série e como poderemos melhor atender sua necessidade, respeitando o regimento escolar.

7.4.1.7 Processo de transição

É muito importante fazer um acompanhamento atento ao início do ano letivo, a fim de organizar os trabalhos, dando continuidade no processo educativo. Normalmente, o professor da turma faz um diagnóstico e inicia seu trabalho.

Em alguns momentos, percebe-se que há o final de um processo e a ruptura torna-se mais visível por todos. Acompanhamos com mais proximidade a transição nos seguintes momentos: a chegada dos alunos novos vindos de suas casas ou das EMEIS,o início do ensino fundamental,a mudança de ciclos e a saída da escola rumo ao Ensino Médio. A transição é organizada pela equipe pedagógica, juntamente com os professores e descrita em projetos individuais.

7.4.1.8 Adaptação Curricular

Com o conhecimento real da necessidade do aluno, compreende-se que outras transformações nos currículos escolares também são importantes, então ao garantir o acesso, permanência, continuidade e progressão escolar, diante das dificuldades ou os avanços dos alunos, pensa-se na flexibilização curricular, caracterizando adaptações curriculares a forma de atingir mais diretamente os alunos com deficiência. Marchesi (2004, p.36) esclarece que:

> A adaptação curricular é outra característica relevante. O objetivo da integração é que os alunos estejam com seus colegas, mas que participem de um currículo

> comum. Para que tal participação exista, é necessário que os alunos tenham acesso a ele. Isso normalmente exige a adaptação dos conteúdos de aprendizagem, dos métodos pedagógicos e da atenção dos alunos. O problema reside na combinação da diferenciação curricular com o objetivo de que todos os alunos participem de um currículo comum.

As adaptações curriculares são necessárias para todos os alunos com deficiência, sendo que cada aluno necessita receber adaptação curricular de acordo com suas dificuldades e ou deficiência.

A avaliação do aluno com deficiência deve ser realizada de acordo com estratégias criadas considerando o tempo, conhecimento prévio, seu nível de desenvolvimento, às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor, a partir das atividades ou tarefas realizadas nas adaptações curriculares.

7.4.2 Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional ocorre anualmente e é organizada pela Comissão de Gestão. Os resultados da avaliação são divulgados na mídia e os murais da escola.

7.4.3 Avaliação Externa

A escola participa de todas as avaliações externas sugeridas pelo MEC e pela SMED. Atualmente a escola participa do PMALFA, do SAEV e do SAEB. Os resultados são utilizados para a definição de propostas pedagógicas que visam a melhoria do ensino aprendizagem.

7.4.4 Avaliação do PPP

A avaliação do PPP acontece a cada três anos quando se reescreve o documentos com a participação de todos os segmentos. Anualmente, são acrescentados anexos que

explicam o funcionamento dos diversos projetos da escola.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola não é só um prédio ou o regimento ou o PPP ou o currículo ou ainda uma notícia na mídia. Uma escola é o que se faz nela a cada dia. São as pessoas que pensam, agem, brincam, são momentos de recreio, são aulas expositivas, são debates e são correrias. Uma escola é imaterial.

Compreendemos que não podemos registrar fielmente nossa escola neste documento, porque ele é e sempre vai ser material, fixo, um instante preso no tempo. A escola Adolfina é uma ebulição, mesmo nos momentos mais tranquilos, e fazer parte dessa fervura transforma a todos: pais, alunos, professores, funcionários.

Então, nossa escrita sempre vai ser parcial, mas não menos importante, porque escrever nos faz pensar, nos faz atribuir valor e questionar pensamentos. Por isso, este documento é importante, não porque diz como é a Adolfina, mas porque nos permite trocar olhares sobre ela. Olhares individuais e coletivos, olhares apaixonados ou raivosos, olhares que entendem ou que questionam, olhares simplesmente.

9 REFERÊNCIAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma emergente e a prática pedagógica.** 4a Edição, Curitiba, PR: Editora Universitária Champagnat. 2005.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 32. Ed.São Paulo: Saraiva, 2003

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>..

_____Ministério da Educação e Cultura. CNE/CEB **Resolução no 4/2009**: Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC, 2009.

_____Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto no 6.175, de 17 de setembro de 2008.**

_____**Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em 12 http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007.

_____Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacional: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual**. Brasília: MEC,SEF, 1997. p. 5-46.

_____, **LEI No 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>, acesso em 07 nov.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos ¨is** ¨. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALACIOS, Jesús. & Colaboradores.

Desenvolvimento Psicológico e Educação. Trad. Fátima Murad. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault: crimes e castigos na URSS e em outros lugares... In: _____. **Estratégia, poder-paber**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003m, p. 189-202.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura

_____. **Primeiras Palavras**. In: Política e Educação: ensaios. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MENEZES, Mara Sílvia Carvalho. **Amor Exigente para professores:** prevenção na escola. 6a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NÓVOA, António. (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Cláudio Henrique. QUEIROZ, Cristina Maria de. **Leitura em sala de aula: a formação de leitores proficientes**. RN, 2009. (www.webartigos.com)

SOARES-LEITE, Werlayne Stuart. RIBEIRO, Carlos Augusto do Nascimento. **A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios**. In: MAGIS: REVISTA INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN EDUCACIÓN, Vol. 5, No 10, 2012. ISSN-e 2027-1182. <Disponível em https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4434902> , acesso em 17 out. 2016.

SOUSA, Ana Maria Borges de. **Módulo 1 : gestão do cuidado e educação biocêntrica.** Florianópolis : UFSC-CED-Nuvic, 2010.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. 54. ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

_____, Içami. **Ensinar aprendendo**: como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização. 15. ed. São Paulo: Editora Gente, 1998.

_____, Içami. **Quem ama, educa!**. 133. ed. São Paulo: Editora Gente, 2002.

WERNECK, Hamilton , **Pulso forte e coração que ama, a Indisciplina tem jeito**. Rio de

Janeiro:DP&A,2005

Debates e discussões nos planejamentos coletivos em 2012 - Eixos

Conferência Municipal de Educação/ 2012

Regimento Escolar Padrão de Classes de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Resolução CNE/CP 1/2012.Diario Oficial da União, Brasilia, 31 de maio de 2012 - Seção 1 -p. 48.

ECA - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Site da prefeitura

https://www.novohamburgo.rs.gov.br/smed/programas-projetos-municipais/programa-movimentos-vivencias-educacao-integral-move